

OS PORTUGUESES E O AMBIENTE

**Profª Doutora Aida Valadas de Lima
(ISCTE/ICS-UL)**

Introdução

Tomando como ponto de partida o trabalho desenvolvido, em 2000, no OBSERVA-Ambiente, Sociedade e Opinião Pública, cujo objectivo foi o de analisar as atitudes e opiniões e as representações e valores dos portugueses sobre as questões ambientais, tomadas no seu sentido mais amplo, é propósito principal desta apresentação expor e discutir os resultados relativos à adesão da população portuguesa aos designados novos valores ecológicos. Para tal, começaremos por analisar as representações sociais dos portugueses sobre o ambiente, bem assim como o seu posicionamento perante os principais factores de degradação ambiental. Terminaremos com uma breve discussão em torno do processo de mudança de um paradigma antropocêntrico para um novo paradigma ecológico, por parte da população portuguesa.

Representações Sociais do Ambiente

O ambiente é frequentemente assimilado – porventura herança das primeiras políticas conservacionistas – aos valores naturais e às ameaças que recaem sobre a natureza. Esta ideia de equivalência entre ambiente e natureza deixa de fora o espaço de interacção entre o mundo social e o mundo natural. A tendência actual aponta para uma demarcação do conceito de ambiente que tem vindo a ganhar autonomia por relação à noção de natureza. As várias representações do ambiente que acentuam uma outra dimensão dão origem, fundamentalmente, a três grandes concepções que corresponderão a distintos estádios de autonomização do ambiente em relação à natureza,

- 1) Concepção objectiva e biocêntrica: o ambiente é entendido enquanto aglomerado de elementos naturais e suas relações e interdependências, pouco se distanciando do conceito de natureza;
- 2) Concepção subjectiva e antropocêntrica: o ambiente é entendido enquanto espaço de relações entre o Homem e o seu meio envolvente. No limite, a defesa do ambiente e a preservação dos recursos naturais mais não fazem do que pugnar pela manutenção das condições necessárias à sobrevivência da própria humanidade;
- 3) Concepção objecto-subjectiva e tecnocêntrica: o ambiente é entendido enquanto um conjunto de limites, de potenciais disfuncionalidades, de riscos ou de problemas que interessa resolver, tendo em conta as interacções do sistema global.

A cada um destes agrupamentos fizemos corresponder quatro palavras ou expressões:

Animais, natureza, vegetação, terra, entre outras, para o agrupamento 1); campo, cidade, qualidade de vida, paisagem, por exemplo, para o agrupamento 2); limites do crescimento riscos/perigos, poluição, ecossistema, ... para o agrupamento 3).

Para os portugueses, o ambiente parece representar-se, sobretudo, pela natureza e pelos elementos naturais (concepção biocêntrica) que, todavia, não deixam de estar acompanhados por ideias bucólicas de campo e paisagens, indicadores de uma eventual qualidade de vida perdida (concepção antropocêntrica). A concepção tecnocêntrica que alia o mundo natural ao mundo social, numa acção com efeitos e contra-efeitos, é ainda minoritária e parece acantonada a algumas camadas da população. De facto, os grupos etários mais jovens e os grupos mais escolarizados parecem optar quer por uma maior adesão à concepção tecnocentrada do ambiente, quer por um relativo distanciamento das concepções mais antropocêntricas que medem e lêem o mundo à medida das necessidades da humanidade.

Factores de Degradação Ambiental

Os factores de degradação ambiental foram agrupados em duas grandes áreas, a saber:

- 1) O industrialismo (produção industrial, aumento da população, industrialização da agricultura e concentração urbana);
- 2) O capitalismo (crescimento económico, aumento do consumo, subdesenvolvimento e a actividade dos grandes grupos económicos multinacionais).

Se as diferentes sensibilidades entre sexos apontam para uma posição um pouco mais crítica dos homens e um maior nível de não respostas das mulheres nos dois índices com que trabalhamos: o índice de industrialismo e o índice de capitalismo, o que parece relevante é o maior peso atribuído, por ambos os sexos, ao industrialismo no processo de degradação ambiental. Nos dois índices analisados, os grupos mais jovens são os que menos se abstêm de expressar uma opinião (onde a frequência das não respostas é menor), verificando-se nos grupos mais velhos a tendência oposta.

A importância atribuída aos dois grupos de factores é tanto mais vincada quanto mais elevado for o nível de instrução atingido pelos inquiridos. Constata-se, ainda, a tendência geral para atribuir uma maior importância a ambos os factores no caso dos inquiridos residentes em habitats urbanos. São também os

grupos com maior capital social que se mostram mais críticos perante estas duas dimensões da modernidade

O efeito multiplicador que industrialismo e capitalismo têm vindo a impôr ao processo de degradação ambiental não teria sido, todavia, possível sem outro aliado de peso: os enormes avanços científicos e tecnológicos que permitiram uma transformação sem precedentes da natureza e, sobretudo na 2ª metade do século XX, uma sobreexploração crescente dos recursos naturais. Daqui a pertinência de confrontar a população portuguesa com esta problemática.

Exceptuando a primeira proposição apresentada que defende o desenvolvimento da ciência e da técnica a qualquer preço (escolhida por, apenas, 1.7% dos inquiridos), as restantes três hipóteses atingem valores muito próximos entre si (incluindo a categoria das não respostas). As restantes três hipóteses eram as seguintes: “Deve estimular-se o progresso da ciência e da técnica, pois dele depende a resolução dos problemas ambientais actuais”; “Deve limitar-se a utilização da ciência e da técnica para impedir efeitos negativos sobre o ambiente”; “Devem impedir-se os desenvolvimentos da ciência e da técnica que acarretem problemas para o ambiente”. De salientar apenas que os valores atingidos pela primeira destas hipóteses atingem o máximo entre os inquiridos detentores de um grau de ensino superior (46.7%) e o mínimo entre aqueles que não detêm qualquer diploma (13.9%).

Genericamente, os inquiridos apenas recusam a promoção da ciência e da técnica a qualquer preço, mas não lhes negam, apesar das consequências negativas de algumas das suas aplicações, um papel importante no desenvolvimento de novas soluções que possibilitem atingir o reequilíbrio ambiental.

De onde poderá, então, vir, segundo os inquiridos, a resolução dos problemas ambientais do mundo actual? Para os portugueses, a resolução deste tipo de problemas depende, sobretudo, deles próprios (48.0%), do poder político (23.5%) e, em último lugar, da ciência e da técnica (12.3%). Ainda que com diferenças pouco significativas, observa-se alguma tendência para uma maior aposta na ciência e na técnica por parte dos mais jovens, enquanto que o grupo de inquiridos com idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos se destaca pela maior frequência obtida na defesa de uma intervenção política mais rigorosa (27.7%).

A Emergência de Novos Valores Ecológicos

A relação desequilibrada com a natureza tem raízes profundas, quer nos pressupostos expansionistas da modernidade, quer nas tradições judaico-cristãs (a natureza foi criada por Deus para suprir as necessidades humanas), o que revela o forte pendor antropocêntrico da cultura ocidental, pressupondo uma descontinuidade evolutiva entre a humanidade e os restantes seres da biosfera. Os avanços, sem precedentes, alcançados no desenvolvimento técnico-científico agudizaram esta abordagem e converteram este antropocentrismo de raízes antigas numa arrogância moderna para com e sobre a natureza.

Foi, no entanto, o próprio desenrolar da modernidade que pôs em evidência a insustentabilidade dos modelos de crescimento adoptados e da própria sociedade industrial/capitalista. A crise ambiental globalizou-se nos anos 80 e impôs, ainda que de forma gradual, uma mudança nas assunções que fundamentam as relações entre sociedade e ambiente. A alternativa que se vislumbra à visão optimista e antropocêntrica do mundo é uma forma mais equilibrada de relacionamento com o meio ambiente e os recursos naturais, assumindo que dos efeitos nefastos da actividade humana podem advir consequências desastrosas para o planeta e, conseqüentemente, para a humanidade.

A emergência do paradigma ecológico, quer nos meios científicos e académicos, quer entre a população em geral, reflecte a necessidade de interpretação de fenómenos como a ameaça da poluição, a escassez de recursos e o declínio da qualidade de vida das populações, abrindo campo ao reconhecimento efectivo de que a humanidade está sujeita a constrangimentos (limites e interdependências ecológicas), ainda que, simultaneamente, detenha a capacidade de modificar o ambiente de acordo com as necessidades sociais.

O Novo Paradigma Ecológico (NEP) assenta na ideia de dependência ecológica das sociedades humanas, inserindo-as na rede complexa de relações interdependentes do ecossistema. A noção de escassez ecológica do ecossistema global, subjacente a esta perspectiva, implica a assunção de leis naturais a que os humanos não podem deixar de estar sujeitos. Num planeta finito, os limites da humanidade serão, apesar do engenho tecnológico, as leis da natureza.

Muito caminho há ainda a percorrer estando o confronto em aberto entre estas duas formas de entender as relações humanidade/natureza: a ideia de natureza que existe para suprir as necessidades da humanidade *versus* a ideia de humanidade entendida como apenas uma de entre outras espécies a partilhar e a constituir a natureza. Assim sendo, importa perceber como se desenrola entre

nós a mudança paradigmática e até que ponto os novos valores do NEP se instalam na sociedade portuguesa.

Para tal, a partir do grau de concordância dos inquiridos com cada uma das quinze asserções da escala NEP, concebida pelos sociólogos do ambiente norte-americanos William Catton e Riley Dunlap, cujo objectivo é medir o processo da mudança paradigmática em curso nas sociedades modernas, criamos um índice que tem em conta a média de todas as respostas dos inquiridos, pretendendo com isso chegar a uma ideia global da forma como se desenrola o processo de adesão aos novos valores ecológicos.

A adesão aos novos valores ecológicos parece estar a ganhar um impulso crescente na sociedade portuguesa. Do total da população inquirida, apenas 10.2% se situa num pendor antropocêntrico. A grande maioria (73.0%) partilha, ainda que moderadamente, os novos valores ecológicos e 11.0% assume, de forma clara, os valores do NEP. A adesão aos novos valores ambientais parece ser tanto mais clara quanto mais jovens são os inquiridos. A escolaridade, por seu turno, parece funcionar como motor de mudança, estimulando a recusa dos valores antropocêntricos e, em simultâneo, a adesão aos valores do NEP. Ainda que não seja determinante, a condição urbana parece, também ela, estimular o processo de mudança paradigmática.

Vejam, por fim, como se posicionam os inquiridos perante as representações do ambiente e os factores de degradação ecológica, tendo por referência o seu posicionamento na escala NEP:

- 1) Os inquiridos que revelam um pendor antropocêntrico parecem confiar mais nos avanços da ciência e da técnica para a resolução dos diversos desequilíbrios ambientais;
- 2) A ideia que defende uma intervenção política mais rigorosa na defesa do ambiente regista uma distribuição relativamente equitativa entre grupos portadores de uma visão antropocêntrica e grupos portadores de uma visão mais pró-ecológica;
- 3) A mudança de comportamentos para comportamentos amigos do ambiente regista uma adesão superior entre os grupos pró-ecológicos;
- 4) Uma maior adesão ao paradigma antropocêntrico tende a ser acompanhada por uma crítica menos intensa ao capitalismo, enquanto que uma maior adesão ao novo paradigma tende, inversamente, a coincidir com uma crítica mais forte a esta dimensão da modernidade;
- 5) A tendência para uma maior adesão às concepções biocêntrica e tecnocêntrica parece verificar-se (sobretudo no último caso) entre os inquiridos com posturas mais ecológicas na escala dos novos valores ecológicos. A categoria de ambiente antropocêntrico parece registar tendência inversa.

Conclusão

Se a adesão aos novos valores ecológicos assume já um peso considerável entre os portugueses, não se verifica sem algumas *nuances* que materializam o processo de mudança paradigmática.

A fragilidade do equilíbrio ecológico é algo que poucos põem já em dúvida. Todavia, a equidade biótica e, sobretudo, os limites do crescimento, são vertentes que não se mostram consensuais (só 39.7% dos inquiridos revela acreditar, de forma inequívoca, que os limites do crescimento estão prestes a atingir-se e não mais de 64% aceita, sem reservas, os pressupostos da equidade biótica). Ainda que se aceite que a ideia de crise ecológica não é exagerada, que a fragilidade do equilíbrio ecológico exige medidas que o defendam de um antropocentrismo cego, os portugueses (pelo menos uma boa parte deles) parecem acreditar no engenho humano para contornar as dificuldades e ultrapassar os limites naturais que, segundo crêem, estarão ainda longe de se atingir, ou não precisassem eles de manter viva a ideia da necessidade de um crescimento económico que lhes permita melhorar as condições de vida e aproximá-los dos padrões europeus.

A integração crescente da sociedade portuguesa no sistema político-económico global afigura-se-nos, então, poder vir a ser a principal aliada na promoção da coerência do processo de mudança paradigmática dos portugueses, o qual não deixará, certamente, de, progressivamente, contribuir para alterações ao nível das suas atitudes e comportamentos em relação ao ambiente.

Bibliografia

Lima, Aida Valadas de e alli (2000), “Representações e Valores sobre Natureza e Ambiente”, in: Almeida, João Ferreira de (org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Celta Editora, Oeiras, pp. 7-30.

Lima, Aida Valadas de e João Guerra (2004), “Degradação Ambiental, Representações e Novos Valores Ecológicos”, in: Almeida, João Ferreira de (org.), *Os Portugueses e o Ambiente. II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Celta Editora, Oeiras, pp. 7-63.

Lima, Aida Valadas de e João Guerra (2004), “Ambiente e Cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus”, in: Lima, Luísa, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (2004), *Ambiente e Desenvolvimento*, ICS-ISSP, Lisboa, pp. 113-153.

Anexo

Ficha Técnica:

Inquérito por questionário concebido pelo Observa – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública.

Aplicação: INE, Maio/Junho de 2000.

População Alvo: Residentes em Portugal maiores de 15 anos, distribuídos pelas 5 Regiões do Continente e duas Regiões Autónomas (NUTs II).

Dimensão Total da Amostra: 1844 indivíduos seleccionados a partir da Amostra-Mãe do INE.

Representatividade: Nacional e para as Sub-Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Grande Porto, Açores e Madeira.

Margem de Erro: A nível Nacional de 5%; para as Sub-Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Grande Porto de 10%.